

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Aneel tenta fechar medidas de emergência para setor não recorrer a empréstimo .	2
Título: ANP reduz em mais R\$ 3,7 bi previsão de arrecadação com royalties de petróleo	4
Título: Com novo ajuste, Petrobras já baixou preço da gasolina em 40% desde março	5
Título: Opep faz acordo fraco diante de recessão forte	6
Título: Os efeitos da pandemia no setor elétrico brasileiro.....	8
Título: Um novo patamar de preços do petróleo?.....	11
Título: Petrobras manterá pesquisa em renováveis	14
Título: Para presidente da Eletrobras não há porquê alterar plano de privatização.....	17
Título: Conselho do ONS analisa nomes para diretorias	18
Título: Braskem salta 29% na B3 com avaliação mais favorável.....	19
Título: Curtas	20
Título: Usinas do Centro-Sul vendem menos etanol.....	20
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	22
Título: Petrobrás vai paralisar pelo menos 45 plataformas no País.....	22
Título: Com covid-19, conta de luz pode ter ‘tarifaço’	23
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	24
Título: Após ser deixado de lado, ministro voltará a grupo de economia.....	24
VEÍCULO: O Globo.....	25
Título: Coronavírus ameaça frear a expansão dos carros elétricos	25
Título: Alô, Alexandre Barreto!	27
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	27
Título: Isolamento barateia combustível	27

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 15/04/2020****Seção: Finanças****Autor: Rafael Bitencourt — De Brasília****Título: Aneel tenta fechar medidas de emergência para setor não recorrer a empréstimo**

A diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) corre contra o tempo para fechar um conjunto de medidas para socorrer o setor da crise provocada pela pandemia do novo coronavírus. O órgão deve apresentar, nos próximos dias, soluções ao Ministério de Minas e Energia para oferecer maior liquidez de caixa às empresas, especialmente as distribuidoras que sofrem diretamente com a alta inadimplência e queda na demanda. A ajuda poderá vir de recursos sem destinação em fundos e renúncia de receita do Tesouro Nacional com recebíveis de Itaipu.

A pressa do comando da agência vem no sentido de evitar um novo empréstimo bilionário com um “pool” de bancos, como ocorreu no governo Dilma Rousseff no auge crise hídrica em 2014. Ontem, em reunião da diretoria por teleconferência, o diretor da Aneel Efraim da Cruz tornou pública sua insatisfação com a possibilidade de ter que recorrer novamente às instituições financeiras.

Efraim chegou a dizer que a iniciativa não condiz com a diretriz do atual governo. Para ele, seria uma saída fácil que joga custos “no colo” do consumidor. “O presidente Bolsonaro diz, em todas as suas colocações, que existe um modelo perverso que a gente precisa combater. No setor elétrico, o que temos que combater é a ideia de que tudo tem que recair no colo do consumidor”, disse.

A tomada de empréstimo vem sendo considerada em decreto que pode ser editado para regulamentar parte da medida provisória 950/20. Essa foi a mesma MP que assegurou a destinação de R\$ 900 milhões do governo federal para dar desconto de 100% aos consumidores de baixa renda beneficiados pela tarifa social por 90 dias. Para evitar nova tomada de crédito, o diretor Aneel elencou uma série de alternativas que estão sendo consideradas no pacote levado ao **ministro Bento Albuquerque**.

Efrain informou que o setor dispõe de mais R\$ 5 bilhões “represados” - em fundos ligados a programas de pesquisa e desenvolvimento (P&D), eficiência energética e apoio à fiscalização - que podem ser usados para socorrer as empresas durante a crise da pandemia. Além da liberação imediata de R\$ 5 bilhões, poderia contar ainda com mais R\$ 18 bilhões nos anos seguintes.

Esse dinheiro seria usado para dar um alívio nas tarifas e, conseqüentemente, reduzir a inadimplência projetada que tem atingido as concessionárias. Para ele, seria uma medida de “salvamento imediato”. “Estamos falando em aproximadamente em R\$ 23 bilhões para o próximos cinco anos. Por que parte desse dinheiro não pode ser utilizada no salvamento das distribuidoras agora e isso se reverter em modicidade tarifária, logo amanhã?”, questionou.

Efrain informou que o faturamento mensal das distribuidoras é de aproximadamente de R\$ 20 bilhões. Segundo ele, cerca de 20% têm deixado de entrar no caixa das empresas por inadimplência dos consumidores ou redução da demanda. A baixa no consumo ocorre principalmente no segmento comercial e industrial, afetados diretamente pela crise. “A gente está falando em perda de R\$ 4 bilhões a cada mês. Em três meses, a gente chega a R\$ 12 Bilhões”, afirmou.

Até agora, a agência suspendeu o corte da tarifa de inadimplentes, para beneficiar o consumidor. Em benefício do setor, o órgão liberou R\$ 2 bilhões do fundo de energia de reserva para reforçar o caixa das empresas que fizeram a contribuição.

Sobre os recebíveis de Itaipu, Efrain defendeu que o Tesouro Nacional abra mão da receita obtida na comercialização da energia da hidrelétrica. A União recebe os recursos por ser credora no contrato de financiamento da construção da hidrelétrica. Ele considera que o Tesouro, ao abdicar do dinheiro de Itaipu, poderia ajudar o setor a enfrentar a crise sem provocar aumento nas tarifas para os consumidores no futuro.

“60% de toda a tarifa que pagamos para Itaipu é para serviço da dívida. Nós podemos trabalhar isso de uma forma a amenizar esse impacto tarifário. De certa forma, é o setor elétrico transferindo recurso para o Tesouro. Está na hora de o Tesouro enxergar o setor elétrico em crise e também ajudar”, disse Cruz na reunião da diretoria.

Como a construção de Itaipu envolveu um contrato internacional firmado com o Paraguai, o pagamento pela energia é feito em dólar. Estima-se que os 60% da tarifa, relativos ao pagamento da dívida, alcance o montante de US\$ 2 bilhões por ano.

Um complicador da solução proposta pelo diretor da Aneel é que parte do percentual de 60% também vai para a Eletrobras, outra credora do empreendimento. Para não prejudicar a estatal, somente o pagamento do Tesouro poderia ser considerado em eventual medida de socorro do setor.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 15/04/2020

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho — Do Rio

Título: ANP reduz em mais R\$ 3,7 bi previsão de arrecadação com royalties de petróleo

Com o agravamento do choque de preços do petróleo nas últimas semanas, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) voltou a cortar, dessa vez em R\$ 3,7 bilhões, as projeções de arrecadação de royalties e participações especiais no Brasil em 2020. A nova previsão do órgão regulador para as receitas petrolíferas de Estados, municípios e União para o ano agora é de R\$ 40,2 bilhões.

O montante representa uma queda de 8,4% em relação à previsão anterior, de março, que era de R\$ 43,9 bilhões, após a desvalorização abrupta da commodity. O valor representa uma queda de 33% em relação aos R\$ 60 bilhões estimados antes da crise do petróleo. Se confirmadas as projeções mais atuais, a queda da arrecadação de royalties e participações especiais sobre a produção de óleo e gás, em 2020, será de 28%, em valores nominais, na comparação com as receitas petrolíferas do ano passado.

A queda de expectativas é resultado do cenário de preços mais baixos para o petróleo no mercado internacional. Desde a revisão anterior, há cerca de três semanas, a cotação do barril do tipo Brent chegou a tocar os US\$ 25 no início deste mês. Mesmo após o acordo da semana passada entre as principais potências petrolíferas para cortar a produção mundial, a commodity segue num patamar baixo, cotada ontem a US\$ 29,6 o barril.

Os cálculos mais recentes da agência levam em consideração o petróleo a US\$ 33 o barril, ante a referência anterior de US\$ 43 e a previsão original de US\$ 60. Já o dólar foi revisado de uma média de R\$ 4,44 para R\$ 4,71.

A previsão é que o Estado do Rio de Janeiro, maior arrecadador do país, fique com R\$ 10,96 bilhões em royalties e PE em 2020 - uma queda de 9% em relação à estimativa anterior. O município com maiores receitas petrolíferas continuará sendo Maricá, na região metropolitana do Rio, com uma arrecadação prevista de R\$ 1,4 bilhão.

A ANP reduziu as projeções de arrecadação também para os próximos anos. A previsão, agora, é que, entre 2020 e 2023, municípios, Estados e a União, recolham, ao todo, R\$ 169,1 bilhões - um montante 12,8% menor que a projeção anterior e 27% abaixo da previsão original.

O órgão regulador considera, atualmente, o preço do Brent a US\$ 33 para 2020 e a US\$ 45 para os próximos anos, na média. Na projeção inicial, o petróleo era estimado em US\$ 60, mas no mês passado a agência já havia cortado a previsão do barril para US\$ 55. A ANP também elevou as referências de câmbio, na sua conta. O dólar mais alto, porém, não será suficiente para compensar os efeitos da queda de preço da commodity.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 15/04/2020

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho — Do Rio

Título: Com novo ajuste, Petrobras já baixou preço da gasolina em 40% desde março

A Petrobras cortou em 6% o preço do litro do diesel e em 8% o da gasolina, nas refinarias. O ajuste, válido a partir de hoje, deve reforçar a tendência de queda dos preços dos combustíveis no mercado brasileiro, diante da desvalorização do petróleo nos últimos meses. Desde o início de março, quando o choque de preços da commodity se acentuou no mercado internacional, os preços dos dois derivados já caíram cerca de 8,5%, nas bombas.

O levantamento semanal da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) mostra que os preços do litro do diesel e da gasolina, nas bombas, estão cedendo, ainda que a queda dos preços da Petrobras, nas refinarias, não esteja sendo repassada na íntegra aos consumidores finais.

O preço do litro do diesel S10 acumula uma queda de 8,6% desde o início de março, nas bombas, enquanto a petroleira estatal reduziu os seus preços nas refinarias em 21,1% desde então. Já a gasolina acumula uma baixa de 8,5% para o consumidor final. Para efeitos de comparação, a Petrobras reduziu o litro do combustível vendido para as distribuidoras em 40,8%.

Essa foi a 11ª mudança no preço da gasolina da Petrobras neste ano. O combustível acumula uma queda de 48,1% em 2020, nas refinarias. No caso do diesel, é o nono corte de preços da estatal no ano - uma retração acumulada de 35,3%.

Os novos ajustes da petroleira ocorrem em meio ao cenário de baixa dos preços do petróleo. Mesmo após o acordo da semana passada entre as principais potências petrolíferas para cortar a produção mundial, a commodity segue num patamar baixo, cotada ontem a US\$ 29,6 o barril.

Diante da desvalorização do petróleo no mercado internacional, o preço da gasolina caiu, na bomba, 3,4% na semana passada (entre os dias 5 e 11 de abril), ante a semana anterior. O diesel S10, por sua vez, recuou 2,6%, de acordo com o levantamento da ANP.

Foi a 11ª queda consecutiva nos preços dos dois combustíveis, nas bombas. O litro da gasolina foi vendido na semana passada, em média, a R\$ 4,149, o patamar mais baixo, em valores nominais, desde a última semana de dezembro de 2017. Em 2020, o preço do combustível acumula uma baixa de R\$ 0,41 na bomba. Desde o início de março, quando o choque de preços do petróleo eclodiu, a queda acumulada é de R\$ 0,38 o litro.

O diesel foi vendido, na semana passada, em média, a R\$ 3,439 o litro, valor mais baixo desde a semana entre 19 a 25 de novembro de 2017, sem correção inflacionária. A queda do diesel, em 2020, é de R\$ 0,41 o litro. Desde março, esse recuo soma R\$ 0,31.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 15/04/2020

Seção: Opinião

Autor:

Título: Opep faz acordo fraco diante de recessão forte

O acordo a que chegaram os membros do cartel de países produtores de petróleo, a Opep, mais a Rússia, apoiado depois pelos ministros de Energia do G-20, corrige um erro, tenta construir um piso para os preços, mas não deve ir muito além disso. Mesmo sendo o maior acerto para restrição da oferta feito até hoje, com a meta de retirar de circulação 9,7 milhões de barris por dia em maio e junho, o consumo reduziu-se bem mais, em 35% de um total de cerca de 100 milhões barris por dia. Só o declínio do mercado equivale a mais do que a produção total da Opep, de 27,5 milhões de barris diários em março, quando os efeitos da covid-19 não se faziam sentir com força.

Os preços do petróleo caíram abaixo dos US\$ 20 o barril, após uma guerra de preços insana executada pela Arábia Saudita contra a Rússia em plena derrocada da demanda mundial, em nova atitude infantil do impulsivo príncipe saudita Mohammed bin Salman. Nenhum dos produtores saiu ganhando com

isso, nem sequer os consumidores, hoje às voltas com o confinamento nas maiores cidades dos Estados Unidos, Europa e América Latina. As cotações voltaram para a casa dos US\$ 30 o barril, metade das do início do ano. A uma média de US\$ 34 o barril durante o ano, a Arábia Saudita verá suas receitas petrolíferas se reduzirem em 50% em relação a 2019, uma perda de US\$ 105 bilhões (Financial Times). A essa cotação, os sauditas também não obtêm o preço de equilíbrio fiscal do petróleo, de mais de US\$ 50 o barril, insuficiente para evitar aumento do déficit em suas contas, entre as quais se incluem pesados gastos militares e subsídios de toda ordem.

O acordo, porém, trouxe para uma reunião multilateral quem não gosta delas, o presidente Donald Trump, em plena campanha eleitoral. Trump pousou de patrocinador do entendimento, após ter pressionado seus aliados sauditas e seu rival-amigo, Vladimir Putin, da mesma forma que encorajou o G-20 a apoiá-lo. Os EUA se tornaram os maiores produtores do mundo, com 13,5 milhões de barris por dia em 2019 e a derrocada das cotações tornou inviável a produção do shale, mais cara e apoiada por empréstimos muitas vezes alavancados. Boa parte dessa indústria está em apuros, e em risco os milhares de empregos que gera. Trump agiu para evitar prejuízos maiores à indústria.

As cotações, que inicialmente reagiram com altas moderadas à proximidade do acordo, perderam fôlego. O auge das restrições, de 9,7 milhões de barris, ocorrerá só a partir de maio, enquanto que o escoamento de petróleo até lá encontrará gargalos sérios na capacidade de armazenagem, que se aproxima do limite. Países como Índia e Japão se comprometeram a aumentar reservas estratégicas, o que dá algum alívio nos preços, mas não muito. Os EUA, impedidos de combinar quantidades ou preços por uma severa lei contra cartéis, disse que sua produção irá dançar segundo a música do mercado, que é fúnebre. Ou seja, não ofertará algo como 2 milhões de barris por dia este ano, segundo o Departamento de Energia.

Pelo plano traçado, de junho em diante a restrição de oferta se reduzirá a 7,7 milhões de barris diários até o fim do ano, e de 2021 até abril de 2022, a 5,8 milhões de barris. É possível que ele não saia do papel ou seja desprezado pela realidade. Um dos motivos é a falta de lealdade ao compromissos por parte da Rússia, que diz uma coisa em público e faz outra em privado, ou seja, desconfia-se que cortará menos que 2 milhões de barris por dia que prometeu.

Ainda que tudo siga de acordo com esse cronograma, resta o coronavírus. Não se sabe quando os grandes centros consumidores sairão do quase estado de sítio a que se submeteram livremente. A China garantiu sozinha 80% do aumento do consumo no ano passado e neste ano seu papel possivelmente será mais modesto. A retomada econômica começou, mas de maneira lenta e ao que tudo indica com potência contida pelo efeito da redução enorme da demanda

externa e pelo risco não desprezível de surgimento de novos focos da infecção no país à medida que as restrições vão sendo relaxadas.

Que um acordo para reduzir a produção que corresponde, por exemplo, a eliminar toda a produção da Arábia Saudita por dois meses, não tenha produzido efeitos imediatos e significativos nas cotações demonstra a profundidade do mergulho da economia mundial. O mais provável é que as cotações só reajam para valer quando a peste do coronavírus estiver sob controle, mesmo que precário, e as principais economias comecem a se mover novamente

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 15/04/2020

Seção: Opinião

Autor: Elisa Bastos Silva

Título: Os efeitos da pandemia no setor elétrico brasileiro

Em texto clássico, Albert Einstein nos diz que a crise é a “maior benção que pode acontecer às pessoas e aos países, porque a crise traz progressos”. Ler isso no meio do enfrentamento a uma pandemia pode parecer cruel ou desarrazado, mas o físico alemão tem muita razão no que disse. Isaac Newton, isolado em casa para proteger-se da Grande Praga de Londres, uma epidemia de peste bubônica que afetou a Inglaterra entre 1665 e 1666, desenvolveu a teoria da gravidade e as bases do Cálculo Moderno. Após a Gripe Espanhola (1918-1920), os sistemas de saúde no mundo tiveram notável desenvolvimento. Einstein, portanto, nos convoca a perceber as crises como oportunidade para inovar, romper antigos modelos mentais e construir novas estruturas, novas soluções.

O setor elétrico tem sido constantemente desafiado por crises. Nenhuma delas, entretanto, com as características e consequências de uma pandemia, com proporções e alcance que desafiam a nossa capacidade de reação. Nem o mais pessimista dos planejamentos estratégicos previu algo dessa magnitude. Portanto, não há solução de prateleira para sanear os efeitos da pandemia na cadeia produtiva do setor elétrico.

O racionamento de 2001 e a crise de 2014 podem ajudar as instituições públicas a desenhar soluções adequadas

O combate ao vírus, em sentido médico, exige isolamento, mas em sua dimensão econômica requer união. Dada a essencialidade da energia elétrica para a vida das pessoas e o desempenho geral da economia, é necessário que o regulador, o formulador da política pública e as demais entidades do setor

pensem de modo conjunto e estrutural medidas para assegurar a manutenção da prestação do serviço e o equilíbrio econômico-financeiro do setor, com adequada alocação dos danos e preservação de contratos.

Em março, a Aneel estabeleceu medidas emergenciais para assegurar o fornecimento de energia elétrica e preservar a vida dos colaboradores e dos consumidores, com vedação ao corte de energia dos colaboradores e dos consumidores, residenciais e serviços essenciais por 90 dias. As faturas impressas podem ser substituídas por faturas eletrônicas, e as distribuidoras devem viabilizar formas de atendimento não presenciais, dentre outras medidas.

Outras questões, no entanto, tem nos mobilizado, pois requerem mais aprofundamento e soluções estruturais. Com a retração da economia, a ameaça do desemprego e a consequente redução da renda, dois problemas iniciais precisam ser enfrentados: o risco da inadimplência e a redução do consumo geral de energia elétrica.

É necessário ter sensibilidade neste momento para encontrar um caminho do meio, soluções que considerem a contingência do consumidor e ao mesmo tempo mantenham a sustentabilidade do setor elétrico.

Para famílias com renda mensal de um salário mínimo ou àquelas que terão redução drástica de renda, o peso das despesas mensais será cruel. Não há como ser indiferente a esse cenário. As iniciativas para garantir o custeio das contas de luz dos consumidores da tarifa social e a renda básica emergencial são importantes para conter o agravamento da condição socioeconômica desses cidadãos.

No outro polo, a redução do mercado e o crescimento da inadimplência têm impacto direto no equilíbrio econômico e financeiro do setor elétrico. No atual modelo de comercialização de energia elétrica, as distribuidoras atuam como agente de arrecadação do setor. De uma receita total de cerca de R\$ 210 bilhões ao ano, menos de 30% remuneram o serviço de distribuição, o restante da receita é destinado ao pagamento de tributos federais e estaduais, encargos setoriais que viabilizam as políticas públicas do setor, e custos com compra e transmissão da energia para o suprimento do mercado regulado. Nesse sentido, as distribuidoras são os primeiros agentes da cadeia do setor elétrico a sentir os efeitos da pandemia.

Há ainda o impacto da brusca redução da demanda com sobra de energia contratada, que passa a ser um sobrecusto. Isso pressiona o caixa das empresas e, após algum tempo, a tarifa dos consumidores. Com a redução de faturamento, as distribuidoras podem não ser capazes de honrar pagamentos, o

que afeta transmissoras e geradoras de energia, colocando seu funcionamento em risco.

Para conter esse efeito, a agência tomou outra medida em sua área de competência para adiantar às distribuidoras e aos consumidores livres cerca de R\$ 2 bilhões, que ambos fariam jus ao longo dos meses, proporcionando assim, alívio aos caixas das distribuidoras.

O desafio do formulador da política pública, do regulador e demais agentes de toda a cadeia do setor elétrico é construir uma solução robusta para o problema, no tempo exato, sem o afogadilho que pode nos levar a decisões precipitadas e um desastroso day after, mas com o senso de urgência que o assunto exige. Por isso, o esforço conjunto é imprescindível para sairmos da crise melhor do que entramos.

Para que as medidas sejam eficazes, é necessário evitar que pressões dominem o ambiente de negociação, que haja uma coordenação integrada e a compreensão de que os danos precisam ser compartilhados por todos os segmentos.

A experiência do racionamento de energia de 2001 e da crise hidrológica de 2014 trouxe aprendizados importantes que podem ajudar as instituições públicas e privadas a desenhar soluções adequadas para o enfrentamento do problema. No entanto, a crise atual é singular e as soluções do passado podem não ser adequadas ou suficientes na atual conjuntura.

Olhando um pouco à frente, o destravamento das medidas de modernização do setor, que dependem da aprovação do PL 232, pode atuar como potencializador de soluções disruptivas, no médio e longo prazo, passada a primeira onda da pandemia. O desenvolvimento sócio-econômico do país com o setor modernizado será mais eficiente e sustentado.

Retomando o pensamento de Einstein “não podemos querer que as coisas mudem, se sempre fazemos o mesmo”. O ineditismo dessa crise pode nos ajudar a avançar no amadurecimento das propostas para o setor elétrico, fortalecê-lo e renová-lo. É preciso, no entanto, um esforço congregado. Juntos, seremos capazes de superar este desafio do mundo globalizado, onde a cooperação entre pessoas e instituições vai prevalecer no enfrentamento à pandemia.

Elisa Bastos Silva é diretora da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), com mestrado e doutorado em Planejamento de Sistemas Energéticos pela Faculdade de Engenharia Mecânica na Unicamp

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 15/04/2020****Seção: Opinião****Autor: Alexandre Manoel e Décio Oddone****Título: Um novo patamar de preços do petróleo?**

O crescimento da demanda no final do século passado levou ao aumento dos preços e à viabilidade da produção de petróleo de custo mais elevado. Isso significou o “fim do petróleo barato”. Por outro lado, a maior produção na última década, especialmente no shale nos Estados Unidos e em regiões como o pré-sal, traduziu-se numa abundância que representou o “fim do petróleo caro”. Esses movimentos mudaram o mercado.

O preço do petróleo passou a ter como base o custo do shale oil, acima do qual não permanecia por um longo período sem provocar um crescimento da oferta. Também continuou respeitando um piso: o custo marginal do óleo convencional, abaixo do qual não ficava por muito tempo sem causar uma redução da produção (Oddone, 2014)¹.

Não será pessimista, mas prudente, a empresa que considerar preços mais próximos à média histórica

A diversificação dos produtores levou à recente disputa por mercado que, junto com a enorme redução de demanda causada pela pandemia do coronavírus, ocasionou forte e súbita queda nas cotações. Ao mesmo tempo, resultado do uso de novas tecnologias, os custos de extração têm ficado cada vez mais baixos. Neste artigo, busca-se identificar qual poderá ser o novo patamar de preços passada a fase aguda da crise.

A partir da década de 1940, o petróleo passou a ter crescente importância. A aceleração na produção ocorrida após a Segunda Guerra só foi interrompida pelos choques de preços da década de 1970. Passados esses eventos, a produção voltou a crescer.

Ao contrário do que preconizava a teoria do peak oil, que determinava que a produção atingiria o máximo, a partir do qual só declinaria, não há escassez de petróleo. Ao contrário, há abundância e a demanda deverá alcançar um pico nas próximas décadas.

Em um cálculo conservador, sem considerar a transição energética e avanços tecnológicos, depreende-se que o número de anos que a população mundial levaria para consumir a reserva disponível de petróleo aumentou de 30 anos, em 1980, para 47 anos, em 2018. Ao mesmo tempo, a oferta de petróleo passou a ter origem em um número crescente de campos e países. Se há abundância e a produção é cada vez menos concentrada, por que esperar pressão altista permanente ou estrutural? Não há fundamentos que sustentem essa expectativa.

Pode-se inferir que os preços de venda do petróleo sejam equivalentes aos seus custos marginais de produção, com um lucro declinante em função do aumento do volume e da diversificação da oferta.

Depois de um período de relativa estabilidade entre os anos 1940 e 1960, os preços nominais do petróleo quadruplicaram. Depois, ainda na década de 70, duplicaram, fazendo com que em 1980 o preço do barril fosse sete vezes superior ao de 1973.

Ao analisar a evolução dos preços reais, é possível identificar uma tendência, como ocorria no passado, de reversão ao patamar anterior aos choques dos anos 70. As exceções foram os anos seguintes à crise de 1979, ao ataque às torres gêmeas em 2001 e à retomada econômica após a crise financeira de 2008.

A média histórica dos preços reais, sem considerar a inflação americana, para o período de janeiro de 1946 a janeiro de 2020, de US\$ 42 por barril, apresentou tendência de reversão, conforme métodos estatísticos. Assim, é possível que os preços revertam a esse patamar, ao longo do tempo.

Isso sugere a ação dos fatores estruturais de abundante oferta e espraiamento de ofertantes, o que torna ainda mais instável a atuação de cartéis. Pela teoria microeconômica, no cartel não há um equilíbrio estável, pois cada participante tem incentivos para trair os demais. Esses incentivos se mostraram presentes durante boa parte do tempo, desde a fundação da Opep nos anos 1970. Nas condições atuais de oferta, é difícil encontrar argumentos para sustentar que os preços, em situações estáveis de mercado, devam se manter em patamares muito superiores à sua média histórica.

Vale ressaltar que essa média considera períodos em que houve atuação da Opep e não leva em conta potenciais aperfeiçoamentos nas técnicas de extração, novos desenvolvimentos tecnológicos, ou potenciais efeitos perenes

da covid-19 na demanda, o que permite afirmar que pode ter tendência ao declínio.

Assim, é possível apresentar sugestões para o aperfeiçoamento das políticas públicas.

- Considerar a tendência de reversão à média histórica nas estimativas de royalties e participações especiais adotadas pelo setor público.
- Antecipar as receitas futuras advindas das reservas que a empresa Pré-sal Petróleo S.A. (PPSA) administra. Isso não deve ser entendido como operação de crédito por antecipação de receita orçamentária, dados o risco e a incerteza acerca da sua existência. Ademais, a antecipação de receitas, por meio de leilão das participações da PPSA nos campos de petróleo, tem potencial para atenuar o endividamento advindo da crise do coronavírus, pois estimativas de mercado, feitas antes da crise, indicam que essa medida poderia trazer de 3% a 6% do PIB em receitas.
- Assim que possível, retomar as reformas estruturais, as privatizações, a conclusão da abertura e a busca por maior competitividade nos setores de petróleo, gás natural e combustíveis, para ajudar a recuperação fiscal pós-crise do coronavírus.

Por fim, pode-se concluir que, em um cenário de preços mais contidos, serão exitosas aquelas empresas de petróleo mais eficientes, com baixo custo e portfólio diversificado. As que passarem a considerar preços mais próximos à média histórica não estarão sendo pessimistas, mas prudentes.

Trabalhar com os custos elevados, contando com preços resultantes de acordos, pode se revelar desastroso para os acionistas.

1Oddone da Costa, Décio Fabrício. Gás de Folhelho (shale gas) e geopolítica. A revolução do shale nos Estados Unidos. Política Externa, volume 22, número 3, janeiro a março, 2014.

Alexandre Manoel Angelo da Silva é economista, ex-secretário de Energia dos Ministérios da Economia e da Fazenda.

Décio Fabrício Oddone da Costa é engenheiro e ex-diretor-geral da ANP.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 15/04/2020****Seção: Empresas****Autor: André Ramalho — Do Rio****Título: Petrobras manterá pesquisa em renováveis**

A crise econômica mundial desencadeada pela pandemia do novo coronavírus e a baixa dos preços do petróleo levantam dúvidas sobre até que ponto as grandes petroleiras conseguirão sustentar a aposta nas energias limpas. De saída dos ativos de biocombustíveis e eólicas em terra e sem grandes investimentos em renováveis à vista, a Petrobras manterá a estratégia de entrar gradualmente no segmento e de focar, numa primeira fase, em pesquisa e desenvolvimento na área. Com seu plano de investimentos sob revisão, a estatal informou, contudo, que preservará US\$ 100 milhões/ano previstos para descarbonização e os US\$ 70 milhões/ano dedicados à P&D em renováveis e corte de emissões.

O orçamento total da Petrobras nessas duas áreas - renováveis e descarbonização - até 2024 soma US\$ 850 milhões, o equivalente a 1% de seu plano de negócios. O gerente-executivo de estratégia da companhia, Rafael Santos, conta que o objetivo, num primeiro momento, é “ganhar competências” para, só então, aumentar sua presença em energias limpas. O *timing* da volta da empresa às renováveis dependerá do quão rápido será a conquista dessa expertise e também da recuperação da capacidade financeira da estatal.

Estatual brasileira quer ganhar expertise por meio de pesquisas antes de investir pesado em energias renováveis

“Uma vez que estivermos confortáveis de que a Petrobras é a melhor empresa para prestar um determinado serviço [de energias limpas] e sobre para onde está indo a transição energética, vamos eventualmente aumentar nossa exposição, investimentos e ambições em renováveis”, afirma.

Ele explica que a decisão de pisar no acelerador rumo às renováveis está associada à evolução da saúde financeira da estatal. A diretora financeira, Andrea de Almeida, chegou a afirmar em fevereiro, antes da crise, que a Petrobras estava a pelo menos dois anos de distância de dar um impulso significativo em direção às renováveis. De lá para cá, porém, muita coisa mudou: o preço do petróleo caiu e a alavancagem da empresa subiu.

“Daqui a dois anos, enxergamos a companhia com uma dívida menor, mais resiliente, então é um horizonte que faz sentido [aumentar investimentos em energias limpas]. Mas isso vai depender de muita coisa, se teremos geração de

caixa boa, se teremos conforto para expandir nossa atuação”, explica Santos. Ele afirma que ainda é difícil avaliar a perenidade do choque do petróleo e seus efeitos sobre a transição energética.

A carteira de P&D da petroleira em renováveis inclui uma planta de energia solar em Campos dos Goytacazes (RJ). Outro grande trunfo está no desenvolvimento do diesel renovável - tecnologia patenteada pela empresa que permite produzir o derivado a partir do coprocessamento de petróleo com óleos vegetais nas refinarias. A estatal quer que a Agência Nacional do Petróleo (ANP) enquadre o produto como renovável.

Mesmo apostando nas renováveis, Santos destaca que a companhia continuará concentrada em óleo e gás. Segundo ele, o momento de transição energética abre oportunidades em energias limpas, mas por outro lado pressiona as petroleiras a serem cada vez mais eficientes, já que a demanda por óleo tende a entrar em declínio a partir das próximas décadas.

“Queremos ser o barril mais barato”, disse. “Num mundo em transição energética, se formos uma empresa com o custo de produção mais barato e emissão de carbono mais eficiente, vamos ter um espaço no mercado. O primeiro produtor a ser deslocado é o irresponsável [ambientalmente] e ineficiente”, completou.

Do ponto dos compromissos ambientais, ele cita que a companhia tem dez metas de descarbonização e sustentabilidade, dentre as quais o “crescimento zero” das emissões operacionais até 2025 e o aproveitamento de 100% do gás extraído pela companhia, evitando-se as queimas nas plataformas. De acordo com Santos, o cenário atual lança incertezas sobre a velocidade da transição energética, mas não há dúvidas de que ela ocorrerá. “Se tiver uma tecnologia limpa economicamente viável em larga escala [para substituir o petróleo], não há dúvida de que ela vai tomar conta. Mas ela ainda não existe”, pondera.

Questionado se a estatal não teme ficar para trás na conquista do mercado de renováveis, diante de investimentos mais representativos de seus pares globais, Santos respondeu que “não existe uma receita de bolo” sobre o caminho a ser tomado pelas petroleiras. A estratégia de cada uma depende das “oportunidades de portfólio” que elas têm em mãos. E que hoje a estatal tem ativos mais rentáveis no pré-sal onde investir.

Nos últimos anos, grandes petroleiras europeias, como BP, Equinor, Shell e Total, passaram a dar mais atenção às renováveis, pressionadas por acionistas e a sociedade de uma forma geral pela redução das emissões. Com o choque do petróleo, no entanto, existe hoje uma visão dúbia sobre as perspectivas de investimentos dessas empresas em energias limpas: se por um lado o caixa mais

apertado deve levar a cortes de orçamentos, por outro lado o petróleo mais barato deve derrubar as taxas de retorno de projetos de óleo e gás, equiparando-os, em alguns casos, a projetos de renováveis - que têm riscos baixos e receitas estáveis.

“Em um ambiente de petróleo a US\$ 60 o barril, a maioria das empresas estava gerando forte fluxo de caixa e podia se dar ao luxo de pensar em estratégias de mitigação de carbono. Mas, agora, o setor lutará para gerar caixa suficiente para manter as operações e honrar compromissos com acionistas. Todos os gastos discricionários estão sob revisão - incluindo o orçamento para descarbonização”, cita a Wood Mackenzie, em relatório.

Por outro lado, com o barril mais barato, as renováveis podem se tornar mais atrativas dentro do portfólio das petroleiras. Se num ambiente de petróleo a US\$ 60 as taxas de retorno de projetos de solar e eólicas (de 5% a 10%) dificilmente competiam com as taxas de “dois dígitos” dos projetos petrolíferos, com o petróleo a US\$ 35 o jogo está mais pareado. A Wood Mackenzie acredita que a transição energética “chegou para ficar” e que as grandes petroleiras europeias honrarão seus compromissos de descarbonização. A consultoria, porém, relativiza o papel das petroleiras na sustentação da transição energética. Isso porque elas respondem por 2% da capacidade eólica e solar no mundo. Historicamente, a cotação da commodity não tem muita correlação com os investimentos em renováveis.

O ritmo da expansão das energias limpas, por outro lado, pode desacelerar. A Rystad Energy prevê que a contração econômica deve demandar menos energia e que as renováveis não passarão incólumes. Com a desvalorização cambial dos países emergentes, a consultoria cita que projetos em países como o Brasil serão especialmente impactados, já que alta do dólar elevará os preços de aquisição de equipamentos. A Rystad também destaca que a crise pode fortalecer o carvão, cujos custos de produção estão em baixa. “Em um mundo pós-pandemia, o carvão, apesar de ter muitos problemas, é considerado uma fonte de energia barata e confiável para reconstruir a economia”, alega a consultoria.

A presidente do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), Marina Grossi, diz que é preciso que as empresas não percam o horizonte de longo prazo em suas estratégias de descarbonização. “Discutir o pós-coronavírus é importante, nossa agenda não é de curto prazo. Os compromissos de redução de emissões estão assumidos, não acredito que as empresas voltarão atrás. O timing pode mudar, mas não a rota”, comenta.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 15/04/2020****Seção: Empresas****Autor: Rodrigo Polito — Do Rio****Título: Para presidente da Eletrobras não há porquê alterar plano de privatização**

O presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Junior, afirmou ontem não ver motivos para uma eventual mudança no modelo de privatização da companhia. O plano, de acordo com o projeto de lei em trâmite na Câmara dos Deputados, prevê uma operação de capitalização da empresa, por meio de uma oferta subsequente de ações, em que a União teria sua participação reduzida para menos de 50% e o controle da companhia seria pulverizado.

“Não vejo nenhuma razão para mudar o projeto. Acho que esse é o melhor projeto mesmo”, disse o executivo, em transmissão na internet promovida pelo Grupo de Líderes Empresariais (Lide) do Rio. Com esse modelo, lembrou Ferreira, a empresa terá condições de investir quatro vezes mais por ano. De acordo com o plano de negócios 2020-2024 da empresa, a previsão de investimentos para 2020 é de R\$ 5,3 bilhões.

Na última semana, a economista, ex-diretora de desestatização do BNDES e ex-integrante do conselho de administração da Eletrobras, Elena Landau, defendeu que o projeto de privatização da companhia e os de todas as outras estatais sejam coordenados pela secretaria do Tesouro Nacional. Ela acrescentou que, devido ao impacto para as contas públicas da crise provocada pela pandemia do novo coronavírus, se o governo quiser aumentar a arrecadação para com a desestatização da elétrica, o modelo terá que ser modificado, vendendo diretamente o controle das principais subsidiárias do grupo.

Segundo Ferreira, devido à pandemia, a previsão de aprovação do projeto de lei no Congresso passou do primeiro semestre para o fim deste ano. O executivo disse reconhecer haver outras prioridades para o governo e o legislativo nesse momento.

Com relação ao mercado de energia, o executivo disse que a Eletrobras recebeu notificações de força maior por algumas distribuidoras, mas afirmou que as concessionárias estão honrando com os pagamentos. “Até o momento não registramos nenhuma inadimplência em nossos contratos”, afirmou o executivo.

Sobre o mercado livre, a estatal não recebeu nenhuma notificação de força maior, porém alguns consumidores livres já enviaram solicitações para discutir

bilateralmente ajustes nos contratos de fornecimento de energia. “Não tivemos [notificação de] força maior por nenhum deles [consumidores livres], mas tivemos uma demanda para negociar”, completou Ferreira.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 15/04/2020

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito — Do Rio

Título: Conselho do ONS analisa nomes para diretorias

O conselho de administração do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) tem reunião marcada para esta quinta-feira, quando serão analisados os nomes a serem indicados para ocupar duas diretorias do órgão responsável pelo funcionamento da rede elétrica de todo o país. O **Valor** apurou que estão em avaliação nove nomes para as duas vagas. Desses, quatro são do próprio ONS e cinco são externos.

As vagas abertas são para as diretorias de planejamento e de Tecnologia da Informação (TI), Relacionamento com Agentes e Assuntos Regulatórios, cujos atuais ocupantes, Francisco José Arteiro de Oliveira e Álvaro Fleury Veloso da Silveira, respectivamente, estão no fim do segundo mandato e não podem ser mais reconduzidos para os cargos.

Entre os nomes internos avaliados para as vagas estão os de Fernando França, assistente da diretoria de Planejamento, Roberto Fontoura, assistente da diretoria-geral, e Marcelo Prais, assistente da diretoria de TI, além de um quarto candidato.

Entre os nomes do mercado em estudo estão Rafael Kelman, integrante da diretoria executiva da consultoria PSR, Rafael Ferreira, ex-assessor da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e atualmente gerente na Light, Ary Pinto Ribeiro Filho, que está em fim de mandato no conselho de administração da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), Alexandre Zucarato, especialista em estratégia e inovação da Engie Brasil Energia (EBE), e um quinto candidato.

Pelo estatuto do operador, as duas vagas em aberto na diretoria do ONS deverão ser indicadas pelos agentes, na reunião do conselho de administração. Os nomes indicados, então, serão encaminhados para deliberação em a assembleia geral ordinária do ONS, prevista para 28 de abril.

Já para a vaga na diretoria-geral do operador, cujo primeiro mandato de Luiz Eduardo Barata se encerra em maio, o **Ministério de Minas e Energia (MME)** tem a prerrogativa de indicar nome para a apreciação na AGO. Conforme o **Valor** informou no início do mês, as possibilidades mais comentadas para o cargo são: recondução de Barata ou a indicação de Arteiro, que está em fim de mandato, ou de Sinval Gama, atual diretor de operações do ONS.

Os mandatos dos diretores têm duração de quatro anos.

O conselho de administração do ONS é formado por 17 integrantes titulares, formados por representantes dos segmentos de geração, transmissão e consumo, do MME, da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e da sociedade civil.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 15/04/2020

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes

Título: Braskem salta 29% na B3 com avaliação mais favorável

As ações da petroquímica Braskem ainda estão longe da cotação máxima de quase R\$ 40 vista na B3 neste ano, mas encontraram fôlego ontem em relatório do Morgan Stanley para recuperar parte do caminho perdido. Com recomendação de compra (“overweight”) e preço-alvo de R\$ 26,20, o banco despertou a atenção dos investidores e os papéis da petroquímica, que em março chegaram a retroceder aos níveis do fim de 2009, encerraram em alta de 28,7%, a maior do Ibovespa, a R\$ 21,63 cada.

No início do ano, o impulso ao papel veio principalmente da expectativa em relação às conversas entre Odebrecht, controladora da Braskem, e credores sobre o plano de recuperação judicial do grupo - que vai envolver a venda da empresa e, antes disso, poderá resultar em sua migração para o Novo Mercado. Além disso, o fato de ela ter indicado um primeiro valor para o custo do problema em Alagoas, de R\$ 2,7 bilhões. Mas o ciclo de baixa do setor, o gasto maior que o previsto com Maceió e a pandemia prevaleceram: até o fechamento de segunda-feira, as ações exibiam baixa de 44% em 2020.

Conforme os analistas Bruno Montanari e Guilherme Levy, os papéis da Braskem eram negociadas até anteontem com um múltiplo de 7,1 vezes o resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) projetado para 2020, com desconto de 3% ante seus pares globais. Nos últimos dois anos, observaram, as ações exibiam prêmio diante da expectativa de venda ou fusão. “Embora acreditemos que o controle mudará em algum momento nos

próximos dois anos, a avaliação de curto prazo não deve refletir isso, e acreditamos que esse é um bom ponto de entrada”, escreveram, acrescentando que a avaliação é a mais favorável em dois anos.

Os analistas também apontaram que a combinação de preços baixos do petróleo e real desvalorizado é positiva para a petroquímica, que tem mais da metade de seus custos atrelados à nafta derivada do óleo. O Morgan Stanley reduziu em 5% o Ebitda projetado para a petroquímica este ano, também por causa dos impactos da covid-19, mas a revisão foi mais suave do que para outras empresas do setor de óleo e gás. Nas distribuidoras de combustíveis, o corte foi de 20% a 25%.

Para os analistas, a alavancagem financeira elevada pode preocupar. “Mas não vemos riscos de liquidez no curto prazo e a empresa continua sendo altamente geradora de caixa”, ponderaram.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 15/04/2020

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Minério sobe

O minério de ferro marcou ontem a quarta alta consecutiva, diante do aquecimento da demanda de aço na China em um momento de oferta global da matéria-prima siderúrgica em risco, por causa das medidas de restrição adotadas para conter o avanço da covid-19. Segundo a publicação especializada “Fastmarkets MB”, a tonelada do minério com pureza de 62% teve valorização de 1,7%, para US\$ 87,02 por tonelada. Com isso, a commodity reduziu a 5,6% as perdas acumuladas em 2020. Somente em abril, a valorização é de 4,4%. Segundo agências internacionais, os embarques de minério de ferro a partir do Brasil e da Austrália, os dois grandes produtores da commodity, seguem limitados, dando sustentação às cotações. Conforme a consultoria “Mysteel”, na última semana, as remessas dos dois países encolheram em 3,17 milhões de toneladas, para 19,8 milhões de toneladas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 15/04/2020

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos — De São Paulo

Título: Usinas do Centro-Sul vendem menos etanol

A diminuição da circulação de veículos desde o início da pandemia do novo coronavírus já começou a mostrar seus impactos nos dados de março de vendas de etanol das usinas do Centro-Sul. O volume de vendas do biocombustível tanto no mercado interno como para o exterior caiu 12,9% ante o mesmo mês do ano passado, a 2,3 bilhões de litros, conforme a União das Indústrias de Cana-de-Açúcar (Unica). Foi o menor volume mensal em 23 meses.

Principal tipo de etanol vendido, o hidratado (que compete com a gasolina nas bombas) foi o mais afetado, já que, além da redução das vendas do ciclo Otto, o mercado de combustíveis também passou a ser pressionado pelo derretimento dos preços do petróleo - que ainda está sendo repassado pela Petrobras à gasolina. As vendas de hidratado para o mercado interno no mês recuaram 17,7% na comparação anual, para menos de 1,4 bilhão de litros. Apenas na segunda quinzena, o recuo foi de 20,8%, para 671,8 milhões de litros.

O volume foi menor inclusive que em fevereiro, que teve menos dias úteis. A média diária de vendas de hidratado do mês passado caiu 23,4% ante o mês anterior, para 62,41 mil litros diários.

O efeito das medidas de isolamento também reverteu a tendência de crescimento que se observava nas vendas de etanol anidro. A comercialização do produto estava em alta até a primeira metade do mês, mas na segunda metade recuou 13%, para menos de 400 milhões de litros. No total de março, as vendas de anidro caíram 4,8%, a 774,85 milhões de litros.

A redução do volume ocorreu junto com sucessivas quedas dos preços do biocombustível. Porém, como os patamares de preço do etanol dos meses e semanas anteriores estavam bem acima dos registrados na entressafra da temporada 2018/19, os valores médios do etanol em março passado ainda ficaram acima dos registrados um ano antes. No caso do etanol hidratado, os valores passaram a ficar abaixo dos registrados um ano atrás na segunda metade de março; no caso do anidro, apenas em abril.

Em São Paulo, o valor médio do indicador Cepea/Esalq para o etanol hidratado vendido pelas usinas nas quatro semanas de março ficou em torno de R\$ 1,80 o litro, levemente acima do registrado em março de 2019. Já o valor médio do indicador para o etanol anidro no período, que ficou acima de R\$ 2 o litro, superou o patamar de um ano atrás em 10%.

As vendas de etanol das usinas para o mercado externo - que também sofre com os efeitos da redução do consumo - foram pelo mesmo caminho em março. O volume comercializado tanto de anidro como de etanol ficou em 148,62 milhões de litros, uma retração de 4%.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 15/04/2020

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes / Rio

Título: Petrobrás vai paralisar pelo menos 45 plataformas no País

Juntas, elas produzem pouco mais de 10 mil barris por dia, o equivalente a 5% da meta de corte da estatal

Pelo menos 45 plataformas de produção de petróleo e gás natural instaladas em Estados do Nordeste e Sudeste vão ser desligadas neste mês. Em carta a sindicatos de petroleiros, a Petrobrás informou a paralisação das unidades, o que vai significar demissões e remanejamento de pessoal.

As medidas, no entanto, contribuem pouco para a meta de corte de 200 mil barris por dia (bpd) anunciadas para enfrentar a crise. O esperado é que muitas plataformas ainda entrem em hibernação e que centenas de funcionários deixem a empresa nos próximos meses por falta de espaço para recolocação interna.

O corte de produção faz parte da série de medidas que estão sendo tomadas pela empresa para fazer frente à atual crise do petróleo, em que o barril baixou ao patamar dos US\$ 20. Segundo a empresa, com essa cotação, muitos dos seus ativos passaram a ser inviáveis e, mais do que nunca, o foco da companhia passou a ser o pré-sal.

Nem mesmo a Bacia de Campos, que já respondeu por 80% do desempenho do País e onde ainda existem áreas gigantes em operação, está fora do radar de corte da diretoria da petroleira. Por enquanto, os cortes no litoral fluminense foram pequenos, mas especialistas e fontes internas da empresa dizem que a redução vai ser mais profunda no Rio de Janeiro, até que os 200 mil bpd sejam alcançados.

As 45 plataformas paralisadas até agora, instaladas em águas rasas, somam pouco mais de 10 mil bpd de produção, o equivalente a 5% da meta de corte. Na Piauí, mais nove vão ser desligadas em quatro campos, o que representa menos 2,4 mil bpd. Em número de plataformas, o Estado mais atingido foi o Rio Grande do Norte, com 24 unidades, que somam 2,4 mil bpd.

Bacia de Campos, foram paralisadas seis unidades que, juntas, somam produção de 5,4 mil barris por dia (bpd), segundo dados do boletim divulgado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Na bacia do Ceará-Piauí,, mais nove vão ser desligadas em quatro campos, o que representa menos 2,4 mil bpd. Em número de plataformas, o Estado mais atingido foi o Rio Grande do Norte, com 24 unidades, que somam 2,4 mil bpd.

Os cortes nas três bacias -Campos, Ceará-Piauí e Potiguar - representam, portanto, 10,3 mil bpd de produção. Há ainda seis unidades de produção na Bacia de Sergipe-Alagoas, mas não há dados oficiais dos volumes produzidos por essas unidades. Ao todo, são extraídos 3,6 mil bpd na região.

Trabalhadores relatam ainda a parada de duas plataformas na Bacia de Campos, a P-43 e P-48, instaladas no campo de Barracuda, que somam 43,5 mil bpd. Mas a paralisação dessas unidades ainda não foi formalizada.

Na carta, a empresa oferece três opções aos empregados das unidades que vão ser temporariamente desligadas: a realocação interna de acordo com a necessidade da empresa, a adesão ao plano de demissão voluntária e o desligamento individualmente por acordo. O questionamento dos sindicatos é sobre a capacidade da empresa de reter o grande número de funcionários que ficaram sem atividade, um volume de pessoas que tende a crescer ainda mais.

Estatual reduz preço de gasolina e diesel

- Com a continuidade da queda do preço do petróleo no mercado internacional, a Petrobrás anunciou ontem às distribuidoras que vai reduzir em 8% o preço da gasolina no mercado interno, ou menos R\$ 0,0860, enquanto o diesel terá queda de 6%, em R\$ 0,0960, informaram fontes.

O diesel marítimo (bunker) terá redução de 6,2%, e a queda do combustível para térmicas será de 6,1% (\$500) e de 6,3% (\$10).

O petróleo voltou a cair ontem, com as perspectivas negativas para a demanda mundial. O tipo WTI, negociado no mercado norte-americano, teve um tombo de mais de 10%, para US\$ 20,11, enquanto o Brent, usado como parâmetro pela Petrobrás, cedeu 6,7%, para US\$ 29,60. / Denise Luna

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 15/04/2020

Seção: Economia

Autor: Anne Warth / Brasília

Título: Com covid-19, conta de luz pode ter 'tarifaço'

O empréstimo bilionário para cobrir despesas do setor elétrico e conter efeitos da pandemia da covid-19 tem potencial para ser muito maior do que os valores em discussão, que giram em torno de R\$ 15 bilhões a R\$ 17 bilhões, e provocar uma nova pressão sobre a conta de luz e até mesmo um “tarifaço”.

O Estadão/Broadcast teve acesso ao conteúdo da minuta do decreto que o governo deve publicar nos próximos dias e que regulamenta a Medida Provisória 950, que isentou os consumidores baixa renda do pagamento da conta de luz e possibilitou a tomada de um novo financiamento para distribuidoras.

No texto, o financiamento é chamado de Conta-Covid, uma referência à pandemia do novo coronavírus. Entre os itens que serão cobertos estão taxas de uso de rede; pagamento da tarifa de Itaipu; cotas de Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), que cobre subsídios e descontos tarifários; exposição involuntária das distribuidoras; encargos contabilizados na Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A (CVA); encargo de energia de reserva (EER); e os reajustes que foram postergados nas últimas semanas por 90 dias e que entram em vigor apenas em julho.

O modelo da Conta-Covid é semelhante ao da antiga Conta-ACR, que repassou empréstimos de R\$ 21 bilhões em 2014 e 2015 durante a última crise do setor elétrico. Na época, as distribuidoras receberam recursos para comprar energia cara no mercado de curto prazo. O pagamento foi repassado às tarifas dos consumidores regulados já em 2015 e quitado apenas em setembro do ano passado, aumentando a conta de luz em 6% por ano durante o período.

Na minuta de decreto, os valores serão homologados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e a conta será administrada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

A exemplo do empréstimo anterior, o empréstimo também será repassado às contas de luz dos consumidores e será pago por meio de um encargo tarifário.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 15/04/2020

Seção: Poder

Autor: RDC

Título: Após ser deixado de lado, ministro voltará a grupo de economia

Brasília- Depois de criar, sem a participação do Ministério da Saúde, um grupo de trabalho para discutir diretrizes para a retomada das atividades afetadas pelo coronavírus, o governo informou que a pasta será incluída no colegiado.

“O Ministério da Saúde e outros órgãos que o comitê [de crise que monitora o combate à doença no Brasil] julgar pertinente serão incluídos”, disse a assessoria da Casa Civil, que coordena a equipe.

O grupo foi instituído por resolução publicada no Diário Oficial da União nesta terça-feira (14). A publicação não trouxe vaga para o Ministério da Saúde, comandado por Luiz Henrique Mandetta. A assessoria da Casa Civil não informou quando a inclusão da Saúde será formalizada.

Farão parte do colegiado, coordenado pela Casa Civil, os ministérios de Relações Exteriores, Defesa, Economia, Infraestrutura, Agricultura, **Minas e Energia**, Ciência e Tecnologia, Meio Ambiente, Turismo, Desenvolvimento Regional, Controladoria Geral da União, Secretaria Geral, Secretaria de Governo, Segurança Institucional e Advocacia-Geral da União.

Entre as atribuições listadas pelo grupo de trabalho está a proposição de “ações estruturantes, atos normativos e medidas legislativas para a retomada das atividades afetadas pela Covid-19 em âmbito nacional”; a articulação com estados, municípios e empresas para a elaboração de propostas com o mesma finalidade; e a discussão de medidas da infraestrutura com foco em obras públicas e parcerias com o setor privado.

Segundo a assessoria da Casa Civil, o grupo de trabalho será constituído no âmbito do comitê de crise que monitora o combate à doença no Brasil. O comitê é coordenado pelo ministro da Casa Civil, Walter Braga Netto — a pasta da Saúde faz parte dessa

VEÍCULO: O Globo

Data: 15/04/2020

Seção: Economia

Autor: THIAGO TANJI E JASON VOGEL

Título: Coronavírus ameaça frear a expansão dos carros elétricos

Estudo prevê que a queda nas vendas será de 43% este ano. A China é hoje o maior mercado desse tipo de veículo

CARRO etc

Nem o mais pessimista dos analistas conseguiria imaginar o cenário global neste início de 2020. Em quatro meses, Estados Unidos e Irã quase entraram em guerra, uma disputa de poder entre Rússia e Arábia Saudita derrubou o preço do petróleo e o mundo viu-se tomado por uma pandemia sem data para arrefecer.

A indústria automobilística mundial já vinha, nos últimos anos, perdendo receitas por sucessivas quedas nas vendas, mas os carros elétricos eram sua grande aposta no futuro. Com a recessão mundial que se anuncia e a queda nos preços dos combustíveis, será que esses promissores veículos limpos conseguirão manter seu acelerado processo de expansão?

Um relatório da consultoria britânica Wood Mackenzie, divulgado na semana passada, foi pessimista em relação ao futuro imediato dos elétricos. A previsão é de que haverá uma queda de 43% no setor, passando de 2,2 milhões de veículos vendidos em 2019 para 1,3 milhão em 2020 (contra uma estimativa de queda de 12% nas vendas de veículos com motor a combustão).

O documento ressalta que os carros elétricos são particularmente expostos à crise por ainda serem considerados uma “compra premium” e porque sua rede de fornecedores de componentes é muito recente, portanto, mais suscetível a abalos econômicos.

“As pessoas não estão comprando sequer carros convencionais no momento”, analisa Ram Chandrasekaran no documento da Wood Mackenzie. “Quem dará um grande salto para comprar seu primeiro carro elétrico justamente agora?”.

Primeiro país a ser afetado pelo novo coronavírus e maior mercado de veículos elétricos do mundo, a China viu as vendas despencarem nos primeiros meses do ano. Como referência, a fabricante chinesa BYD vendeu 10.433 elétricos no mês passado, contra mais de 30 mil unidades em março de 2019. Inaugurada em janeiro, a chamada “gigafábrica” da Tesla em Xangai teve que ficar fechada por duas semanas, no auge da epidemia na China. Para direcionar recursos ao combate à doença e manter as atividades essenciais da economia, o governo chinês reduziu alguns dos programas de incentivo fiscal para a compra de carros “a bateria”.

NOVIDADES ADIADAS

Lançamentos de veículos elétricos que ocorreriam neste ano ficarão para depois. Nos EUA, a GM dificilmente apresentará novidades em sua linha eletrificada. Já o Ford Mustang Mach E, que chegaria às lojas em novembro, ficou para 2021. Inicialmente previsto para março, o Volkswagen ID.3, grande promessa europeia para este ano, vem tendo seu lançamento postergado não só pela Covid-19 como por problemas de software.

Há, contudo, esperanças.

—Com 3 bilhões de pessoas em lockdown em todo mundo e redução da mobilidade em todos os modais, há a previsão de queda nas vendas de veículos elétricos, mas espera-se que ocorram comportamentos diferentes, em

diferentes mercados — diz Fernanda Delgado, professora e pesquisadora da FGV Energia.

Este ano, a Dinamarca, por exemplo, já registrou um crescimento de 90% nas vendas de carros elétricos em relação ao mesmo período em 2019, com 4.166 novos veículos emplacados.

Esta semana, a China anunciou que os subsídios aos elétricos serão restaurados e mantidos até 2023.

A Plug In America, organização que promove o uso de veículos elétricos nos EUA, vai além: aposta que a crise sanitária e econômica pode motivar a indústria a encerrar de vez a produção dos modelos a gasolina em fim de linha e acelerar novos projetos de carros elétricos. Fábricas de automóveis, afinal, trabalham com perspectivas a longo prazo.

—Acredito que, quando começarmos a sair disso, muitas pessoas pensarão: “Eu não quero voltar ao ar poluído e a todo esse barulho”. Creio que haverá muito mais consciência e interesse em limpar nossa paisagem sonora e nosso ar, agora que experimentamos um pouco disso na quarentena —aposta Chris Nelder, diretor de mobilidade do Rocky Mountain Institute, organização americana dedicada a pesquisas de sustentabilidade e eficiência energética.

VEÍCULO: O Globo

Data: 15/04/2020

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Alô, Alexandre Barreto!

Essa decisão da ANP de não permitir que um botijão de gás de uma marca possa ser enchido com o produto de outra mostra, digamos, uma certa afinidade da agência com as empresas do setor. Para quem acompanha o problema do GLP —um custo pesado na vida das famílias pobres —, já passou da hora de chamar Alexandre Barreto de Souza, presidente do Cade.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 15/04/2020

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni

Título: Isolamento barateia combustível

A queda no valor do barril de petróleo no mercado internacional começa a chegar às bombas dos postos de gasolina, mas não por causa do barateamento no peço dos derivados, e sim por causa da violenta queda na demanda —

devido à pandemia, que tem obrigado o consumidor ao isolamento social. Levantamento da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) mostra que houve queda no preço dos combustíveis de 8,5% em março. Em Brasília, há postos vendendo gasolina por R\$ 3,419 no aplicativo. A maior parte dos estabelecimentos, contudo, pratica preço de R\$ 3,599 o litro.

No Brasil, a Petrobras vem cortando o valor dos combustíveis na refinaria. A última redução, em 28 de março, foi de 5%. Hoje, a gasolina custa R\$ 1,08 por litro (sem impostos e margens de distribuidoras e postos), o menor valor desde 31 de outubro de 2011. No acumulado do ano, a redução é de 43,5%. No óleo diesel, a queda é de 31,3% em 2020. “A Petrobras espera que este movimento nos preços se reflita, no curto prazo, na redução do preço final cobrado ao consumidor”, disse a estatal.

Segundo o levantamento da ANP, na semana avaliada a queda foi de 2,6% e o combustível foi vendido, em média, a R\$ 3,439 o litro nas bombas, valor nominal mais baixo desde novembro de 2017. Isso mostra que os valores dos derivados para o consumidor final estão cedendo, ainda que a queda dos preços da Petrobras, nas refinarias, seja bem maior. Nas bombas, os preços do litro do diesel S10 acumulam queda de 8,6% desde o início de março, enquanto a petroleira estatal reduziu seus preços nas refinarias em 16,1% desde então.

Já a demanda por etanol e gasolina da BR Distribuidora está entre 30% e 35% menor na comparação com períodos pré-crise, afirmou o presidente da companhia, Rafael Grisolia. No início da implantação de medidas de isolamento, a demanda pelos combustíveis chegou a cair 60%. A queda menor percebida atualmente parece refletir o aumento da movimentação em centros urbanos, segundo a empresa. No caso do diesel, a redução é da ordem de 20% desde o início da crise.

Com a continuidade da queda do preço do petróleo no mercado internacional, a Petrobras anunciou ontem às distribuidoras que vai reduzir, a partir de hoje, em 8% o preço da gasolina no mercado interno, ou menos R\$ 0,0860, enquanto o diesel terá queda de 6%, em R\$ 0,0960.

MME / ASCOM .